

História da homossexualidade ligada à transmissão de HIV/AIDS e abordagem na escola pelo filme *Filadélfia* de Jonathan Demme (1993)

Miller Goulart Ferreira, UnB¹

Resumo

Este artigo enfoca dois temas não necessariamente conexos, mas que permitem um diálogo. Tratam-se da homossexualidade, mormente à comunidade gay, e pessoas com HIV/AIDS, no tocante ao movimento de defesa, direitos legais e apanágios, abandono de errôneos paradigmas e, principalmente, o tratamento dispensado às pessoas homossexuais e soropositivas no convívio social. Como maior intuito, este texto buscará se valer dos argumentos apresentados para discutir a homofobia nas escolas, contra alunos ou professores, a fim de desconstruir um tabu e agregar à orientação dos jovens – se não como parte da grade curricular, então como iniciativa do corpo docente.

Palavras-chave: homossexualidade, homofobia, HIV/AIDS

Abstract

This article deals with two themes that are not directly related, but which allow and require contextual dialogue. These are homosexuality - especially the male gay community - and people with HIV / AIDS, as far as the movement for the defense of legal rights and benefits, abandonment of misguided paradigms and, especially, the acceptance of homosexual and HIV positive people social life. As its main intent, this text seeks to build on the arguments presented to discuss homophobia in schools against students or teachers, to deconstruct a taboo and add to youth orientation - if not as part of the curriculum, then as a faculty initiative.

Keywords: homosexuality, homophobia, HIV/AIDS

Introdução

Dentre as opções para somar conhecimento e formar opiniões, como obras literárias, músicas, artes plásticas ou cênicas, destaca-se aqui a importância de se utilizar o cinema como recurso didático nas salas de aula onde felizmente percebe-se grande aceitação pelos alunos. Em exemplo, verifica-se a avaliação da coordenadora pedagógica do ensino fundamental Tatiana Gola:

O cinema possui o papel fundamental de comunicador social, e tem profunda importância na formação da personalidade de crianças e jovens pois, por meio das imagens e do som, o cérebro das nossas crianças e jovens é estimulado o tempo todo. A imagem é gravada com maior facilidade, e seus efeitos, tanto positivos quanto negativos, deixam suas marcas e mantêm neles um eco prolongado que, às vezes, fica impresso para sempre (2010).

¹ Graduado em História - Licenciatura pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail millergoulart886@hotmail.com.

Existem muitos filmes sobre questões polêmicas (orientação sexual, intolerância religiosa, segregação racial, escravidão, política e outros) que as abordam de maneiras variadas, como documentário, comédia, desenho animado e adaptação, e que permitem ao professor escolher como relacioná-los a sua matéria. E os representantes de uma minoria ou descendentes de grupos subjugados, mesmo em passado remoto, também não se permitem serem esquecidos porque pressionam os diretores a não apenas identificá-los em suas películas, mas também orientar o público ou promover reflexões quanto à diversidade.

A discussão da homossexualidade nas escolas se faz importante primeiramente porque é um local onde, pelo convívio com os demais colegas, os jovens descobrem e definem sua sexualidade ao mesmo tempo em que os observam e percebem uma sociedade plural quanto a religião, etnia e classe social. Segundo, é na infância o momento das primeiras amizades, paixões e dúvidas a serem dirimidas. E a instituição deve se preparar para recebê-las, pois a curiosidade e o amadurecimento das crianças se manifestam cada vez mais cedo, principalmente por estarem inseridas em uma época de mais liberdade com o direito de se expressarem e de se informarem. Mas, pelo menos em seu início, tais direitos se tornam mais eficientes pela mediação do professor.

Vale ressaltar acima de tudo a necessidade de descaracterizar a relação sexual como tabu. Se o pai ou o professor não demonstram iniciativa ou não se mostram dispostos em tratar o tema, permanecem o medo, a vergonha, o preconceito, a ignorância e a autocomiseração. A educação sexual nas escolas não deve ser apenas voltada para as transformações corporais dos adolescentes e o conceito de reprodução, embora dentro de sua utilidade, mas dizer ao filho ou aluno que ele se tornará um cidadão e profissional respeitado independente de escolha de seu parceiro conforme as palavras de Correa:

O ser humano se apresenta como um ser de relações que necessita amar, ser amado, interagir com pessoas, construindo uma autoimagem positiva, que lhe permita potencializar sua capacidade de sentir, ter prazer, sorrir, dar, compartilhar e receber, aprendendo a respeitar-se, ser respeitado e respeitar o outro. (CORREA, 2008, p. 5).

A grande questão é se o educador está hoje preparado para orientar o educando quanto à sua sexualidade por esta não ser determinada apenas por sua biologia. Porque existem outros fatores contributivos em sua formação, tais como a construção histórico social de seu país, educação dada pelos pais, o desejo, a afetividade e a atração. E mais, com bases nestes mesmos fatores, importa assegurar ao jovem de que é normal não se definir com exatidão até compreender seu lugar no mundo, pois isto demanda tempo.

Não é possível fixar um momento [...] que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja assentada ou estabelecida. As identidades estão sempre se construindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 27).

Ainda, talvez o maior indicativo de haver esta discussão sejam os casos de homofobia e suas consequências. Referente aos atos de violência contra homossexuais, de forma verbal ou física, por ser um problema de responsabilidade coletiva exige-se do governo uma posição por meio de políticas públicas, atualização de materiais didáticos e capacitação dos professores. Segundo um estudo recente pelo Ministério da Educação (MEC) em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) realizado com 8.283 alunos de ensinos fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 5 estados (Bahia, Mato Grosso, Pará, Paraná e Rio de Janeiro), quase 1/5 (um quinto) dos entrevistados não gostariam de ter um colega homossexual. Em outro dado deste mesmo estudo, uma maioria esmagadora (80%) concorda com programas escolares contra o preconceito; mas, de forma muito incoerente, mais da metade dos participantes (52%) também são contra casamento entre pessoas do mesmo sexo (ABRAMOVAY et al, 2015, p. 169 e 177). Uma segunda pesquisa de campo publicada por estes mesmos organizadores aponta que dentre 6.709 alunos em 129 escolas de 7 capitais (Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, São Luís, Salvador e Vitória), uma média de 6% já sofreu alguma discriminação nos últimos 12 meses relacionada à homofobia (Idem, 2016, p. 42). Podem ser números relativamente animadores por tratar-se de apenas a 6ª causa de agressão física ou verbal entre as 9 causas examinadas, mas mostra ser um problema existente e resistente por ainda não apresentar um fim. Pois:

As ofensas homofóbicas são as mais comuns e a escola, não sabe como lidar com a questão, os alunos e alunas não conseguem se defender e não têm com quem discutir na instituição escolar, o que leva a um desencanto e sentido de falta de proteção (Ibid, p. 79).

Para corroborar com os números acima, a Secretaria Especial de Direitos Humanos² lançou um relatório³ em 2013 com estatísticas sobre as denúncias levadas aos órgãos públicos referentes à violência contra o grupo LGBTQI+⁴. Do total, 1,9% do local da violação ocorreu

² Órgão à época integrado ao Ministério da Justiça e Cidadania. Foi unificado a outras secretarias em 2015 para se tornar um ministério. Extinto em 2016, foi recriado no ano seguinte e atualmente chama-se Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

³ Relatório de violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 [2016]. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019.

⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queer*/questionando, intersexo e mais.

em escolas, mas os números são considerados subestimados porque apenas referem-se às denúncias registradas por Disque Direitos Humanos (Disque 100), Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e Ouvidoria da Secretaria de Política para Mulheres (SPM). E embora perceba-se uma diminuição de ligações em comparação ao ano anterior isto não significa boa notícia, pois de acordo como o mesmo relatório:

Variáveis como a falta de manutenção de campanhas de divulgação pelos entes federativos e o alcance restrito desse meio de denúncia que possui dificuldades de acessar municípios de menor porte são causas possíveis de flutuação na taxa de denúncia (p. 10).

O filme utilizado como metodologia

Portanto, pretende-se neste artigo discutir a homossexualidade da escola tendo como apoio o filme *Filadélfia* (DEMME, 1993). Trata-se de um drama fictício de Andrew Beckett (interpretado por Tom Hanks), um advogado homossexual em ascensão em uma prestigiada empresa de advocacia norte americana que ao receber uma oportunidade em um grande processo é demitido após quase perder a causa. Beckett tentou esconder sua orientação sexual de todos os colegas, mas quando descobriram também ser portador do vírus HIV/AIDS, com estado de saúde debilitado, ele acredita ter sido sabotado para causar sua demissão. Ao decidir lutar por seus direitos, abre ação judicial contra seu ex-empregador com ajuda do advogado Joe Miller (Denzel Washington). Enquanto a doença consome os últimos dias de vida de Beckett tornando-o mais fraco para resistir, ambos tentam provar que o real motivo da dispensa foi unicamente o preconceito. Hanks recebeu o prêmio Oscar de Melhor Ator por este personagem.

A escolha do filme se faz essencial por mostrar o tratamento dado às pessoas com a doença quando de sua descoberta nos anos 80 (do século XX), principalmente pelas reações naturais do medo e da ignorância. Sobre a patologia, sua alta letalidade e a pouca divulgação sobre seu contágio provocaram preocupação e tornaram-se pretexto para os grupos homofóbicos e religiosos ultraconservadores iniciarem protestos. A AIDS era associada ao suposto comportamento promíscuo e autodestrutivo de homossexuais, prostitutas e dependentes químicos. Estas pessoas seriam a causa de um mal associado a algum tipo de câncer desconhecido e conseqüentemente uma vergonha moral ao país. Os principais aspectos se materializam em foco no personagem de Miller, caracterizado por sua antipatia latente aos homossexuais, que é convencido a ajudar seu novo cliente. Deste processo de aprendizado advêm as lições aplicadas durante as audiências, muitas vezes de maneira irônica pelo próprio Miller, até a sentença do júri.

A relação do longa metragem é nítida quanto ao tema aqui exposto. Apesar de ficção, considera-se como uma representação de fato sobre um fenômeno social marcado não só na cultura norte-americana. A filósofa Jodelet explicou de maneira simples quanto a este exemplo quando escreveu: "*Antes que a pesquisa biológica trouxesse alguns esclarecimentos sobre a natureza da AIDS, as pessoas elaboraram teorias apoiadas nos dados que dispunham, relativos aos portadores [...] e aos vetores do mal (sangue e espermatozoides)*" (2001, p. 18, grifo nosso). Pode-se depreender como uma visão não baseada necessariamente em razão ou ciência, mas em definição pré-moldada para manifestar aceite ou recusa (ofensiva ou defensivamente), ou seja, como a sociedade interpreta e domina o mundo à sua volta.

Os conceitos dos pontos basilares deste artigo - homossexualidade e direitos dos homossexuais - são facilmente assimilados. O primeiro refere-se à atração afetiva e ou sexual por uma pessoa de mesmo sexo, mas não se deve tomá-lo como desvio de conduta ou 3º gênero (GROSSI, 1998, p. 6 e 9). O segundo é a rogativa de equiparação aos direitos dos heterossexuais, pois, à época reproduzida no filme, muitos eram negados e para alcançá-los recorria-se à Justiça que poderia preencher o vazio legal até a sanção de uma lei.

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo se dispõe de maneira simples. Após assistir ao filme novamente, transcrevi os diálogos que melhor traduzem o enredo do filme e sua ligação com o tema aqui apresentado. A partir daí identifiquei os assuntos que pretendo discutir e os separei por tópicos. São eles: um breve histórico dos movimentos homossexuais de Estados Unidos e Brasil, a hipótese de a desinformação permanecer como pretexto para o número de casos da doença e o preconceito em si em um momento atual com pedidos mais frequentes de tolerância.

Os casos norte americano e brasileiro de reivindicações pelos direitos dos homossexuais

Nos Estados Unidos, as pequenas vitórias no âmbito legal dos homossexuais ao longo do século XX eram individuais, vinculadas apenas ao litigante quando este provocava o Judiciário contra quem lhe impediu de exercer um direito, e quem se sentisse em situação semelhante poderia fundamentar seu processo por meio destes julgados. Algo muito comum em um país onde historicamente a jurisprudência possui mais peso do que a lei em si. Porém, o motivo real deve-se ao fato da inexistência de uma norma específica sobre crimes contra orientação sexual.

Durante os anos 1960, os norte-americanos testemunharam movimentos sociais diversos como a luta por direitos civis dos negros e protestos contra a guerra do Vietnã. Em meio a esta década conturbada também existiram organizações contra abusos sofridos por homossexuais.

O protesto de maior notoriedade aconteceu em 1969 no bar *Stonewall Inn* em Nova Iorque. Leis estaduais norte-americanas⁵ mal interpretadas pelas autoridades locais proibiam "atos desordeiros" pela comunidade homossexual, bem como os bares de venderem bebida alcoólica para eles e caso o fizessem perderiam a licença de funcionamento. Isto tornava comum abordagens policiais, o fechamento de estabelecimentos e, com efeito, prisões de proprietários e clientes.

No dia 28 de junho daquele ano, policiais à paisana solicitaram a saída dos frequentadores do *Stonewall* e estes atenderam de forma pacífica. Mas a abordagem grosseira e rude levou as centenas de pessoas envolvidas a protestarem e rapidamente o que seria mais uma ocorrência policial se tornou uma grande desordem pelo desrespeito aos direitos civis dos homossexuais. A violência tomou a rua até a madrugada e vários objetos foram lançados contra os oficiais e soldados. O confronto, que durou três dias, resultou em feridos de ambos os lados e em algumas prisões dos protestantes.

Inicialmente, a sociedade homoafetiva lutou pelo simples direito à reunião e quando sua reivindicação não era atendida provocava a Justiça. Felizmente obteve-se vitórias antes do episódio de *Stonewall*. Mas o comportamento neste local como danças, vestimentas e mostrar afeição a uma pessoa do mesmo sexo em público era considerado imoral perante a opinião pública e à lei. Manter o bar aberto era de grande interesse porque da comunidade gay, pois era habitual pessoas homossexuais não serem bem-vindas em muitos estabelecimentos (cafés, restaurantes, lanchonetes) devido ao medo dos proprietários de perderem a licença.

A mensagem deste acontecimento mostra como *Stonewall Inn* se transformou no ponto de partida para comunidades LGBTQI+ exigirem seus direitos e romperem as barreiras heteronormativas nos Estados Unidos. O dia 28 de junho, data do confronto, inclusive, é a data em que ocorrem as marchas do orgulho LGBTQI+ em todo mundo para celebrar o aniversário dos protestos. Seria um longo processo que levaria décadas para primeiramente atenuar as punições das arcaicas leis antissodomia de cada estado até finalmente derrubá-las e, finalmente não serem tratados como criminosos em todo território. Em Nova Iorque a revogação somente ocorreu no ano de 2000 e a Suprema Corte americana anulou as leis dos estados remanescentes somente em 2003, por meio de resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) do qual o país é membro. O respeito aos homossexuais norte-americanos realmente surgiu a partir do

⁵ Com a legalização da venda de bebidas alcoólicas pós-Lei seca, os estados criaram leis para proibir seu acesso aos grupos desordeiros. O *State Liquor Authority* não impedia a comercialização destas bebidas aos clientes não heterossexuais, mas, por não existir definição clara a respeito, qualquer atitude homossexual era erroneamente assimilada como uma imoralidade pública.

século XXI, quando leis federais com tratamento igualitário foram sancionadas, tais como considerar crime de ódio o ato de molestar alguém por sua orientação sexual ser incluído na relação em crimes de ódio (2010), direito de a pessoa homoafetiva servir as Forças Armadas (2011) e casamento entre pessoas de mesmo sexo (2015).

A esperança por mudanças surgiu com o maior expoente da causa por direitos sociais dos homossexuais: Harvey B. Milk, o primeiro homem homossexual assumido a exercer um cargo político. Eleito no fim dos anos 1970 para o Conselho de Supervisores de São Francisco, ele foi autor de vitórias importantes. Talvez a maior seja aprovação de uma rigorosa e abrangente lei que punia discriminação contra orientação sexual em sua cidade. Outra iniciativa de grande êxito foi a reprovação de um projeto – chamado Lei Briggs – que proibia professores homossexuais nas escolas públicas da Califórnia. O número elevado de votos contrários à proposta, com apoio de Ronald Reagan e Jimmy Carter, mostrou o poder político de Milk. Como ativista de política de não violência, ele tentava orientar as pessoas sobre o preconceito.

Para os pregadores da Bíblia [...] releiam o Evangelho e vivam a vida do Evangelho e vocês farão o que [Jesus] Cristo disse que é aceitar a todos. É tão irônico porque estas pessoas carregam a Bíblia em uma mão e atitudes anti-Cristo na outra.⁶

Harvey Milk foi assassinado por um opositor apenas 11 meses após assumir o cargo de supervisor, mas deixou um legado até hoje lembrado pelos norte-americanos por sua curta, mas exemplar luta e recebeu homenagens, como ter sua vida retratada em 2 filmes.

O Brasil teve seu caso *Stonewall*. Embora tenham acontecidos dezenas de perseguições aos gays e lésbicas, a História não demarca um momento específico como o estopim de uma revolução. Em maio de 1980, a imprensa denunciou o aumento da criminalidade na zona central de São Paulo em meio a notícia da visita do Papa João Paulo II à cidade. Este foi o pretexto de uma ação policial persecutória e repreensiva para prender homossexuais, travestis e prostitutas sob fracas alegações de lenocínio e vadiagem. Quase 200 pessoas foram presas com respaldo da Secretaria de Segurança que se pronunciou em nota oficial. Isto gerou protesto por parte da imprensa, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de alguns políticos locais que exigiram explicações. O abuso exercido pela polícia uniu entidades pelos direitos homossexuais e estes organizaram o primeiro protesto de rua no país em 7 de junho de 1980.

Os primeiros movimentos em busca de direitos sociais realmente se formaram no fim da década de 1970 com a promessa de abertura política ao fim dos anos da ditadura. E, para

⁶ Trecho de entrevista concedida por H. Milk ao News Talk em 1978. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XVlxq7wqgeU>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ganhar mais visibilidade, estes se uniram aos demais grupos representantes de minorias como indígenas, feministas e afrodescendentes. Tinham dentre seus objetivos a despatologização da homossexualidade. Na década seguinte, buscava-se inserir a educação sexual na grade escolar. Infelizmente o que lhes pôs de fato em evidência foi sua ligação com a epidemia de AIDS quando divulgou-se os primeiros diagnósticos no Brasil. Isto, somado ao desentendimento das entidades e uma agenda indefinida, fez diminuir o número de grupos atuantes e os inibiu a continuar sua luta enquanto a desinformação e o preconceito lhes responsabilizavam por uma doença nova e mortal (FACCHINI, 2003, p. 106). Porém, estes grupos reapareceram nos anos 1990 para dissociar sua imagem da AIDS e solicitar ao Estado orientações à população sobre prevenção e combate. Novos rumos puderam transformar os grupos ativistas e torná-los mais numerosos como se estruturarem em modelos de organizações não governamentais (ONG's), o uso da mídia, a aproximação das entidades internacionais, partidos políticos e órgãos estatais voltados para Saúde (Ibid, p. 107 e 108).

O Brasil não possuiu um exemplo de alguém com um discurso cativante e agregador. Os representantes da sociedade LGBTQI+ em cargos políticos é muito recente. As apostas desta parcela da população e das pessoas com HIV para adquirir os mesmos direitos dos heterossexuais aumentaram consideravelmente com a eleição de Jean Wyllys para deputado federal, o único membro abertamente gay no Congresso Nacional.

Dentre suas propostas estavam: requerer a realização do 13º Seminário LGBT do Congresso Nacional (REQ 59/16); dispor sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro (PL 592/15); estabelecer as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências (PL 882/15) e modificar o Projeto de Lei n°. 8.035/10, que passa a implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero e étnico-racial, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (EMC 111/11). Seu trabalho não era voltado somente para direitos sociais das pessoas homossexuais, ele também propunha leis para outros temas muito polêmicos como regulamentação da prostituição e descriminalização do aborto voluntário e a permissão para cultivo de *Cannabis sativa*.

Devido à sua atuação militante e apoio a projetos liberais ele sofreu diversas agressões e ameaças de morte e adotou cuidados antes de participar em eventos públicos. Estas medidas podem consideradas como amostra do quanto ele se empenhou no compromisso com os eleitores, uma vez que Wyllys não se valeu dos benefícios do cargo para sustentar seu mandato e aguentar insultos, pois ele já era milionário quando se elegeu pela primeira vez em 2011.

A pobreza, o alcoolismo de meu pai.... Não me deixaram uma pessoa ressentida, rancorosa. Mas sou uma pessoa que tem consciência dessa história e porque é que eu tenho de lutar por um mundo mais justo, um mundo melhor. Você entendeu?⁷

Felizmente a luta dos homossexuais no Brasil também trouxe resultados, embora de forma tardia como nos Estados Unidos, como usar o nome social nos documentos pessoais, adoção de filhos, incluir o cônjuge como dependente na declaração de Imposto de Renda, herança em caso de morte do cônjuge e casamento civil. Por outro lado, a principal reivindicação não foi atendida. Existe um vácuo legislativo porque o Congresso infelizmente não aprovou um projeto que tipifique a homofobia como crime; isto provoca uma grande insegurança jurídica, pois não há crime sem lei anterior que o defina, conforme artigo 5º, inciso XXXIX da Constituição. Hoje, utiliza-se o mesmo artigo – onde se lê garantia de inviolabilidade à vida e à segurança a todos os brasileiros – para se pautar contra discriminação por orientação sexual, mesmo que não esteja expressa na letra da lei.

Ambas as histórias aqui relatadas em pequenos recortes demonstram esforços árduos até superar algumas barreiras heteronormativas. São exercícios de memória para se chegar à plena democracia ainda não conquistada após humilhações, censura, prisões e mortes.

O papel do portador de HIV/AIDS e as obrigações do Estado contra o insucesso no controle da disseminação do vírus

Torna-se prudente explicar a diferença ente HIV e AIDS. O primeiro é o Vírus da Imunodeficiência Adquirida que ataca o sistema imunológico do acometido (mais precisamente os glóbulos brancos chamados linfócitos T CD4⁺, também conhecidos por células de defesa), inibe as funções destas células em reconhecer e combater micro-organismo invasor e se multiplica pela corrente sanguínea. O segundo é a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida que não ocorre espontaneamente. Trata-se de uma série de ocorrências causadas pelas ações do HIV no organismo. Quando a contagem de linfócitos T está muito baixa a partir daí o contágio por demais doenças é mais frequente, bem como mais difícil o tratamento. Constatase o diagnóstico da AIDS ao se perceber a alta vulnerabilidade do paciente infectado pelo vírus e a apresentação de um estado de saúde debilitado em decorrência da incapacidade do corpo de proteger-se de demais enfermidades enquanto a carga viral se alastra.

⁷ Trecho de entrevista concedida a Kathleen Gomes do portal Público Comunicação SA. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/06/26/mundo/noticia/a-solidao-de-jean-wyllys-num-pais-homofobico-1735753>. Acesso em: 29 dez. 2019.

A AIDS, quando descoberta sua transmissão por relação sexual e seringas contaminadas, foi associada rapidamente a homossexuais, prostitutas e usuários de drogas como vetores da doença, pois estes foram os primeiros pacientes relatados a contraí-la. A Medicina identificou os primeiros casos no fim da década de 1970 no Haiti e África Central - nos Estados Unidos, o primeiro diagnóstico ocorreu em 1981. Após as notícias de infecção em heterossexuais e contaminação vertical (de mãe para o bebê, na gestação, parto ou amamentação) o termo conhecido como grupo de risco passou a ser substituído por comportamento de risco.

Pessoas como o personagem A. Beckett em Filadélfia enfrentavam a doença como uma sentença de morte, tanto pela demora da comunidade científica em obter um diagnóstico, quanto pela espera da indústria farmacêutica produzir um remédio que, à época, deveria ser consumido em grande quantidade, vendido a um preço elevado, passível de efeitos colaterais e com resultado abaixo do esperado. O amparo a quem possuía o vírus vinha basicamente de amigos com o mesmo problema, mas no contexto de Beckett havia a sorte de contar com apoio dos parentes que sempre souberam de sua orientação sexual e estiveram ao seu lado quando os informou da decisão de processar a firma onde trabalhava. Bem demonstrado na passagem dita pelo pai: "Andy, do modo que enfrentam tudo isso, você e o Miguel, com tanta coragem, eu não acho que alguém possa dizer algo que nos faça deixar de sentir um grande orgulho de vocês."⁸ O personagem sabia também como se tornaria um número nas estatísticas e possivelmente a família seria exposta, pois não seria possível afrontar uma grande empresa no tribunal sem pôr em evidência sua vida pessoal.

Basicamente, o "soropositivo" era definido por sua doença e conseqüentemente a uma história desregrada, imoral e irresponsável. E Beckett não poderia negar sua parcela de culpa ao contrair o HIV por relação sexual sem proteção. Por outro lado, ele também não permitiria o preconceito apagar seus anos dedicados até se tornar um bom advogado e as vitórias conquistadas para seu ex-empregador. Ser um bom pai, bom profissional ou bom cidadão isto não era considerado ao se referir a um portador do vírus.

O enredo ganha fôlego, talvez na melhor cena do longa, quando o personagem Joe Miller reencontra Beckett na biblioteca, afasta o funcionário que o incomodava e passa a se solidarizar e compreender um pouco mais do problema vigente, o qual não se pode mais ignorar. Beckett lê um precedente legal sobre um processo movido contra uma companhia aérea onde o

⁸ Trecho do filme Philadelphia (dir.: Demme, 1993).

querelante demitido por ser afetado pela mesma moléstia ganha a ação por discriminação. Vale citar:

O Ato de Reabilitação Vocacional de 1973 proíbe a discriminação contra os assim considerados inválidos desde que sejam capazes de cumprir sua função. Embora a lei não mencione especificamente a AIDS, segundo decisões subsequentes, a AIDS é uma forma de invalidez não só as limitações físicas que impõe, mas porque o preconceito que ela gera leva a uma 'morte social' que precede a morte física propriamente dita. Essa é a essência da discriminação: formular opiniões sobre pessoas não baseadas em seus méritos, mas no fato de pertencerem a grupos cujo valor é presumido.⁹

Este dispositivo resume de forma clara a dor sofrida por quem é negligenciado pelo Estado e pela sociedade e, assim, recebe uma condenação dupla, pela tentativa da opinião pública de fechar os olhos para uma enfermidade grave enquanto critica veementemente os atingidos por ela. A morte social explícita na citação é traduzida quando se perdem os laços com pessoas próximas e não se consegue formar novas amizades ou paixões até se afastar de todos e experimentar uma vida nua, ser coagido a se isolar do mundo e não reconhecer mais traços de humanidade.

Não há cura contra o vírus, apenas um tratamento por antirretrovirais para controlar sua multiplicação e manter alta a taxa de linfócitos e impedir surgimento de sintomas. A ciência evoluiu muito nos últimos anos e hoje existem tratamentos capazes de promover boa qualidade de vida e, dessa forma, uma pessoa com HIV pode nunca desenvolver um quadro de AIDS. Questiona-se então a justificativa para resultados tão discrepantes atualmente no combate ao HIV no Brasil¹⁰.

O Brasil, apesar do esforço reconhecido mundialmente, anda na contramão para diminuir os casos de AIDS. Enquanto a média mundial apresenta resultado no controle de número de infectados, mais brasileiros recebem o diagnóstico da doença anualmente. Isto provoca uma enorme contradição e vergonha perante a comunidade internacional, uma vez que o país é membro de projetos das Organizações das Nações Unidas (ONU) com metas ousadas na redução de mortes por AIDS, promove frequentes campanhas para informar a população, faz parceria de muitas iniciativas com países colaboradores em pesquisas científicas na

⁹ Trecho do filme.

¹⁰ De acordo com o boletim anual do Ministério da Saúde de 2019 (Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-2019>. Acesso em: 29 dez. 2019), embora a proporção de mortes para 100 mil habitantes na média nacional tenha diminuído entre os anos de 2008 a 2018 - de 5,8 para 4,4 -, mostra-se uma melhora muito pequena nestes últimos anos, principalmente porque a população apresentou taxa de crescimento neste mesmo período. Nas regiões Sudeste e Sul percebe-se significativa redução no número de óbitos, mas na região Norte ainda há aumento no número de óbitos decorrentes da AIDS.

descoberta de novos remédios e é doador destes remédios que produz a países africanos - os mais atingidos pela síndrome.

A resposta, segundo a ONU¹¹, poderia ser o precoce cuidado contra o HIV logo após sua descoberta: isso tornou o vírus desconhecido para as gerações futuras que não se precaveram no combate à epidemia. Outra possibilidade é o comportamento livre e sem compromissos, principalmente por parte dos jovens, permissivo à pluralidade de parceiros, mesmo depois do casamento, sendo que estes não usam ou não exigem método protetivo dos companheiros. “Existe hoje uma falsa sensação de que a AIDS está controlada. Que a AIDS não existe mais. Porque não estamos mais vendo, na mídia, grandes ícones falecendo com essa doença” afirma o Dr. Fernando Ferry do Hospital Gaffrée Guinle, no Rio de Janeiro¹². No tocante aos homens homossexuais, percebeu-se aumento nos casos de infecção pela notícia errônea baseada no controle da doença por simples medicação¹³. A superestimada confiança na Medicina promoveu um comodismo nessa parcela da população que pode ser mais propensa a contrair o vírus por geralmente ter mais frequência de relações sexuais por penetração anal¹⁴. Como a chance de contágio e a carga viral diminuem em 96%¹⁵ se o paciente der continuidade ao tratamento, os jovens acreditam que a medicação é uma opção ao preservativo e assim abandonam os meios de profilaxia. Ainda, o preconceito é um fator determinante para a transmissão de qualquer doença resistir ao tempo. Por medo de ser marginalizado, o homossexual faz o teste de HIV tardiamente ou mesmo não o faz. Caso esteja contaminado, mesmo sem estar diagnosticado, transmitirá o vírus, concomitantemente aumentará o número de óbitos enquanto engrossa as estatísticas de portadores que desconhecem seu real estado de saúde¹⁶.

Destarte, a desinformação é uma variável para o resultado de casos de HIV no Brasil, mas não somente por omissão do Estado, pois em muito se credita a indiferença da população por considerá-lo um mal do passado e subestimar o impacto causado nas famílias quando

¹¹ Reportagem Empresa Brasil de Comunicação S/A sobre registro de novos casos de HIV. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/07/registros-de-novos-casos-de-hiv-aumenta-no-brasil>. Acesso em: 29 dez. 2019.

¹² Entrevista concedida ao programa jornalístico televisivo Fantástico. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/casos-de-hiv-entre-jovens-aumentam-mais-de-50-em-6-anos-no-brasil.html>. Acesso em: 29 dez. 2019.

¹³ Entrevista em vídeo concedida por Georgiana Braga-Orillard, diretora da UNAIDS Brasil para a TV Câmara. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/477632-NUMEROS-DE-CASOS-DE-INFECCAO-PELO-HIV-VOLTAM-A-SUBIR-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 29 dez. 2019.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Segundo a emissora de televisão BBC Brasil, até julho de 2014, 54% das pessoas infectadas no mundo desconheciam ter o vírus. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140716_aids_relatorio_rb.shtml. Acesso em: 29 dez. 2019.

recebem a notícia de um ente enfermo sem se importar com sua condição. Não se preocupar com uma doença incurável é um ato de grave irresponsabilidade, uma autocensura que pode levar a problemas para si e para terceiros. Do outro lado existe um grupo sem coragem para buscar uma verdade, mesmo ciente de seus direitos, à espera dos primeiros sintomas como evidência e assim pedir ajuda de forma imperscrutável e talvez não se sentir marginalizado. Esta é uma das razões que pode ter levado a Organização Mundial da Saúde (OMS) à decisão polêmica ao recomendar antirretroviral profilático a alguns homossexuais sexualmente ativos a fim de evitar a contaminação do vírus¹⁷.

A legislação brasileira não se omite perante a doença; pelo contrário, existem dispositivos legais que amparam o portador do HIV e com sintomas da AIDS. Em exemplo, há a disponibilização de remédios gratuitamente na rede pública de saúde (Lei 9.313/96), a tipificação de crime por discriminação com pena de 1 a 4 anos (Lei 12.984/14) e a Declaração dos Direitos Fundamentais dos Portadores do Vírus HIV.

Conclusão

Como trabalhar em um colégio tais assuntos delicados? Inicialmente, inserir noções de direitos civis e constitucionais desde o ensino fundamental: se não como matéria exclusiva na densa grade curricular, talvez como parte de uma, como Estudos Sociais ou Sociologia. Mostrar como o direito à sexualidade é essencial, tanto em exercê-la quanto em combater quem o impede de praticá-la, ou seja, poder se expressar sem discriminação, ter acesso a justiça e saúde, preservar sua intimidade e sua integridade corporal, enfim, exigir respeito. Como exposto neste artigo, a escola infelizmente se tornou lugar comum para violência e, portanto, torna-se obrigatório a discussão do tema. Nas palavras de Torres “[...] *fica cada vez mais claro que a escola é um lugar de reprodução dos preconceitos e, por isso é também um espaço importante para combatê-los*” (2010, p. 56, grifo nosso). Dessa forma, outro elemento deste processo também será atendido: a reeducação daqueles que inferiorizam quem é diferente e não faz parte de uma maioria.

Outro ponto salutar é mostrar aos alunos opiniões e depoimentos de autores que abordam estes temas e explicam o quão natural é uma relação íntima entre pessoas do mesmo sexo. Ao ler publicações e ouvir entrevistas de um homossexual sociólogo, historiador ou

¹⁷ A chamada "profilaxia pré-exposição" se refere ao estudo sobre grupos mais propensos a contrair HIV do que a população em geral e poderia reduzir a incidência em até 25%. Seriam as prostitutas, homens que fazem sexo com homens em relacionamento não estável, transgêneros, detentos e usuários de drogas injetáveis. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140711_oms_hiv_remedios_preventivos_fn

filósofo sobre sua vida até ser aceito por seu círculo social - ou como lida por não ser aceito - perceberá como é normal um jovem se sentir diferente dos outros por seus desejos serem contrários as regras heteronormativas. É viável instruí-lo sobre sua orientação sexual não ser sua única identidade e sim uma de suas várias características; o quanto é natural sua orientação sexual não necessariamente estar vinculada à sua biologia, pois a identidade de gênero se baseia em como cada pessoa se vê – pode pertencer a um sexo quando quer viver outro, ou seja, sua psique não está ligada a seu órgão sexual.

Um terceiro exemplo é elaborar um Projeto Político Pedagógico (PPP) para se discutir temas como religião, sexualidade e relação étnico racial com a possibilidade de mesclar a educação formal à informal, em suma, fazer o aluno sair da sala de aula. Isso engloba ser participante de eventos onde aprenderá o que um professor não sabe informar e assim enriquecer seu conhecimento e ter uma experiência própria muito além da teoria. Para tal, o professor deve encorajar o estudante a se interessar, como parte de seu papel de educador, sem se preocupar em ser acusado por fazer apologia à homossexualidade, pois se não o fizer incorrerá de erro muito maior: a omissão. De volta às palavras de Torres: “[...] *a escola democrática deveria se tornar um espaço político de divergências e consensos provisórios, de formação para cidadania, além de capacitar tecnicamente os sujeitos para uma vida*” (Ibid, p. 37, grifo nosso).

Uma escola não resolverá o problema de intolerância religiosa, racial e sexual. Envolve a família e o Estado. E este é o ponto onde se começa uma sociedade inclusiva e democrática quando os personagens responsáveis por instrução e zelo do educando se propõem coletivamente a empoderá-lo a assumir-se livre sem medo de ser rotulado e sofrer discriminação por quem é. As políticas públicas, a iniciativa do professor e o diálogo aberto com os pais promovem a segurança do indivíduo em buscar seus direitos, diminuem a evasão escolar e principalmente a se aceitar. Todos devem entender como a homossexualidade é uma parte do comportamento humano apto às experiências. Hoje se tem a marca da existência de uma permissão cultural para impedir a diversidade e, portanto, a minoria sente o peso e o dever de quebrar uma tradição para ser tratado como igual.

Fontes utilizadas

Filme **Philadelphia**, ano 1993 – Filadélfia.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas:** Por que frequentam? 1 ed. Brasília: FLACSO-Brasil, OEI, MEC, 2015. 346 p. ISBN: 978-85-60379-30-9. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36501-livro-juventudes-escola-sentidos-buscas-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 de junho de 2016.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Ana Paula da, CERQUEIRA, Luciano. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas:** falam os jovens. 1 ed. Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil, OEI, MEC, 2016. 97 p. ISBN: 978-85-60379-37-8. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36511-relatorio-diag-participativo-violencias-escolas-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 de junho de 2016.

BRAGA-ORILLARD, Georgiana. Números de casos de infecção pelo HIV voltam a subir no Brasil. [Entrevista cedida a] Verônica Lima. **TV Câmara**, Brasília, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/477632-NUMEROS-DE-CASOS-DE-INFECCAO-PELO-HIV-VOLTAM-A-SUBIR-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Marcos Antonio Oliveira Fernandes. Brasília. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2013, 274 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância e Saúde. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS-2019**, dez. 2019. Brasília, 2019, ISSN 1517-1159, 72 p. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivaids-2019> Acesso em: 20 de junho de 2016.

Casos de Aids entre jovens aumentam mais de 50% em 6 anos no Brasil. **Fantástico**, 30 nov. 2014. Disponível em: g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/casos-de-hiv-entre-jovens-aumentam-mais-de-50-em-6-anos-no-brasil.html. Acesso em: 21 de junho de 2016.

CORREA, F. Celia Celina. **Enfocando a homossexualidade nas escolas**. Londrina, 2008 Disponível em: http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_celina_celia_furlan_correa.pdf. Acesso em: 1º de maio de 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Constituição (1787)]. **Constituição dos Estados Unidos da América**. Filadélfia, PA: 17 de setembro de 1787. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUARecDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2016.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil:** recompondo um histórico. In. Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas. Campinas, v. 10, n 18/19, 2003, ISSN 1413-6597 p. 81-125. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf. Acesso em 25 de junho de 2016.

FARBER, Jim. Before the Stonewall Uprising, There Was the ‘Sip-In’. **The New York Times**. Nova Iorque, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/04/21/nyregion/before-the-stonewall-riots-there-was-the-sip-in.html>. Acesso em: 6 de maio de 2016.

GOLA, Tatiana. Saiba como filmes podem contribuir para formação e exercício da cidadania. [Entrevista cedida a] Aline Silva. **Revista Guia Fundamental**, São Paulo, dez. 2010.

Disponível em: <http://revistaguiafundamental.uol.com.br/professores-atividades/81/artigo194606-1.asp>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

GOMES, Kathleen. **A solidão de Jean Wyllys num país homofóbico**. Público Comunicação SA, Rio de Janeiro, 26 jun. 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-solidao-de-jean-wyllys-num-pais-homofobico-1735753?page=3#follow>. Acesso em: 27 de junho de 2016.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropologia em primeira mão, nº. 24. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.

Infecções por HIV aumentam no Brasil; no mundo, 54% têm vírus sem saber. **BBC Brasil**, São Paulo, 16 jul. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140716_aids_relatorio_rb.shtml. Acesso em: 24 de junho de 2016.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 17-44.

LOURO, L. Guacira. **Representações e linguagens no ensino da história**. Revista Brasileira de História, 18 (36). São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-0188119980000200005. Acesso em: 1º de maio de 2016.

MILK, Harvey. [Entrevista cedida a] Juana Samayoa. **News Talk**, São Francisco, 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XVlxq7wqgeU>. Acesso em: 7 de maio de 2016.

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório de Violência homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília, 2016, 78 p. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

OMS recomenda antirretrovirais para gays como prevenção ao HIV. **BBC Brasil**, São Paulo, 11 jul. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140711_oms_hiv_remedios_preventivos_fn. Acesso em: 24 de junho de 2016.

PHILADELPHIA. Direção de Jonathan Demme. Filadélfia: TriStar Pictures, 1993. Disponível em: netflix.com/br/ (126 min). Acesso em: 19 de março de 2016.

Registro de novos casos de HIV aumentam no Brasil. **Empresa Brasil de Comunicação S/A**, 14 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/07/registros-de-novos-casos-de-hiv-aumenta-no-brasil>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

SIBILLA, Nick. **How Liquor Licenses Sparked the Stonewall Riots**. Reason.com, 28 de junho de 2015. Disponível em: <http://reason.com/archives/2015/06/28/how-liquor-licenses-sparked-stonewall>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2010.